

Começa exame da LDO, que prevê divulgação de salários

Principal matéria na pauta da Comissão de Orçamento, relatório final sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê a publicação da “estrutura remuneratória” de cargos da administração federal, bem como de nomes dos servidores de todos os Poderes. Recesso parlamentar de julho depende de votação da proposta pelo Plenário do Congresso. **2**



Senado abre processo contra dois ex-diretores

O presidente do Senado, José Sarney, determinou a abertura de processo administrativo disciplinar contra os ex-diretores Agaciel Maciel e João Carlos Zoghbi e mais cinco servidores. Eles já responderam a sindicância que apurou responsabilidade pela não publicação de atos administrativos. Com objetivo de assegurar transparência na gestão dos recursos que o Senado desconta dos funcionários para cobertura de despesas médicas, o 1º secretário, Heráclito Fortes (foto), anunciou uma administração compartilhada e colegiada desses fundos. **4 e 5**

“Interferência” de Lula em assuntos do Senado gera debate

Jarbas Vasconcelos, Cristovam Buarque e Marisa Serrano condenam suposta intervenção do presidente da República em questões internas do Congresso; Suplicy diz que Lula não “enquadrou” bancada do PT; Wellington Salgado defende Sarney e o PMDB. **4 e 5**

Em discussão, tratamento a município em calamidade

Cidades em situação de calamidade pública devem ter tratamento privilegiado no pagamento de dívidas e na liberação de recursos da União? A Comissão de Justiça debate amanhã proposta com esse objetivo, cuja rejeição foi recomendada pelo relator. **6**

Uma das ideias em pauta prevê a antecipação do FPM para municípios atingidos por enchentes, como Itapecuru Mirim (MA)



Plenário deve analisar indicações para conselhos **8**

Reforma precisa garantir governabilidade, diz Maciel **3**

O que pode mudar no Código de Processo Penal **7**

Relatório final das diretrizes orçamentárias prevê a divulgação de remuneração na administração federal



Waldemir Barreto

Lei de Diretrizes Orçamentárias e mais 21 matérias estão na pauta da CMO

Comissão mista começa a votação da LDO para 2010

O RELATÓRIO FINAL para o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010 é o destaque da pauta de votações da Comissão Mista de Orçamento (CMO) nesta semana. O texto do deputado Wellington Roberto (PR-PB) fixa as normas que vão guiar a elaboração da proposta orçamentária para o próximo ano, o último do segundo mandato do presidente Lula.

Uma das novidades que deve provocar polêmica é a indicação para a divulgação pública da "estrutura remuneratória" de cada cargo da administração federal, assim como dos nomes dos servidores de todos os Poderes. Outro ponto sugerido pelo relator foi a inclusão dos investimentos das estatais na regra que garante a execução provisória do Orçamento de 2010, caso o Congresso não consiga aprovar esse projeto de lei até o final de 2009.

Depois de aprovado na CMO, o texto do projeto da LDO seguirá para decisão final em sessão do Congresso. O recesso previsto para iniciar em 18 de julho só pode ocorrer depois de concluída a votação dessa matéria.

Outras 21 propostas estão programadas para exame e votação, em reuniões na CMO

marcadas para hoje, amanhã e quinta-feira. Elas foram transferidas da reunião da semana passada, quando os trabalhos foram suspensos em virtude da morte do deputado José Aristodemio Pinotti (DEM-SP).

BNDES

Um dos itens é o pedido de autorização para abertura de crédito especial (PL 9/09-CN) no valor de R\$ 4,99 bilhões para a programação de encargos financeiros da União. O objetivo é dar cobertura a repasse de recursos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em parte com captação externa, que serão utilizados para financiar ações na área ambiental.

Outro projeto de crédito (PL 12/09-CN), no valor de R\$ 638,6 milhões, suplementa ações da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e dos ministérios dos Transportes e das Cidades. A pauta inclui ainda o exame de ofícios com relatórios de gestão fiscal de diversos órgãos federais, demonstrações financeiras do Banco Central e avisos relativos a auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU). Há ainda três requerimentos para audiências.

Audiência debaterá situação dos aeroportos e do transporte aéreo

A situação da infraestrutura aeroportuária será discutida nesta quinta-feira em audiência na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O debate, requerido pelo presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), abordará a modernização e expansão da infraestrutura dos aeroportos, a regulamentação do transporte aéreo de passageiros e a busca de soluções para os problemas do setor.

Collor sugeriu o debate sobre a privatização ou concessão, total ou parcial, dos aeroportos. Os senadores também querem discutir se o modelo brasileiro deve operar com concentração de voos em poucas empresas ou abrindo o mercado para empresas nacionais ou estrangeiras. O

debate deve incluir ainda questões como o modelo de administração de aeroportos utilizado nos Estados Unidos e na Europa, bem como a regulamentação das passagens aéreas.

Foram convidados para participar da audiência a diretora-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Solange Paiva Vieira; o diretor dos aeroportos baianos de Porto Seguro, Vitória da Conquista, Lençóis e Teixeira de Freitas, Carlos Roberto Rebouças; o representante da Airports Council International para a América Latina e Caribe, Renato Flores; e o presidente da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), tenente-brigadeiro-do-ar Cleonilson Nicácio Silva.

J. Freitas



Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Pauta de Plenário continua trancada por medidas provisórias

A sessão deliberativa tem início às 14h. A pauta continua trancada por medidas provisórias. A primeira é o projeto de lei de conversão que trata do Programa Minha Casa, Minha Vida e atribui à Anatel as funções de apurar, constituir,

fiscalizar e arrecadar a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública. A segunda é a MP que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de R\$ 300 milhões.

Sessão solene do Congresso comemora 15 anos do Plano Real

O presidente do Senado, José Sarney, dirige, às 10h, a sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar os 15 anos da implan-

tação do Plano Real. Às 11h, realiza, na sala de audiências, reunião da Mesa diretora e, às 16h, preside a ordem do dia.

Política habitacional

Na primeira parte da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, será realizada uma audiência pública para debater a política habitacional, com a presença, entre outros convidados, da secretária nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães; e da superintendente nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal, Bernadete Maria Pinheiro. A segunda parte da reunião será dedicada ao exame de oito projetos. Entre eles, duas matérias que tratam da diminuição da carga tributária e da isenção do Imposto de Renda.

Órteses e próteses em debate na CAS

O fornecimento de órteses e próteses será discutido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 9h, em audiência pública. Entre os convidados, estão os diretores da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Fausto Pereira dos Santos; da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello; e de Integração Cooperativista da Unimed do Brasil, Valdmário Rodrigues Júnior.



José Cruz

Comissão de Educação, Cultura e Esporte elege seu vice-presidente

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) se reúne às 10h30 para eleição de seu vice-presidente para o biênio 2009/2010. Logo após, a comissão analisa, entre outros projetos, o que inclui as cooperativas educacionais na categoria de instituições privadas de ensino; o que cria

centros de pesquisa e de desenvolvimento da educação nas instituições federais de educação superior; e o que cria critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional.

Mudanças climáticas

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas promove, às 14h30, reunião para votação de requerimentos.

Diretrizes orçamentárias

O relatório final ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010 é a principal proposição em pauta na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que se reúne às 14h30. Entre outros itens, a CMO deverá votar pedidos de crédito especial e analisar requerimentos de audiências sobre o orçamento do programa Minha Casa, Minha Vida e sobre o impacto de auditorias do Tribunal de Contas da União sobre o custo Brasil.

CPI da Pedofilia: requerimentos

Às 18h, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia promove reunião administrativa para apreciação e votação de requerimentos.

Subcomissão da Copa do Mundo 2014

Projeto que proíbe as empresas de cartão de pagamento de autorizarem transações relacionadas com jogos de azar e pornografia infantil via internet é um dos 19 itens em pauta na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que se reúne às 11h30. Também deverão ser analisados pelo colegiado seis requerimentos, entre os quais o que solicita a criação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014.



José Cruz

Audiência sobre extensão rural

Às 9h30, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza, no Auditório Petrônio Portela, audiência sobre assistência técnica e extensão rural. Estão convidados o presidente da Associação Brasileira de Extensão Rural, José Silva Soares; o diretor do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Argileu Martins da Silva; o coordenador-geral da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil, Aldo de Jesus Filho; e os governadores de Goiás, Alcides Rodrigues; de Mato Grosso, Blairo Maggi; e o de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli.



Mão Santa cita dados de matéria do jornal *O Globo*

Mão Santa: há escolas no Piauí sem água e luz

O senador Mão Santa (PMDB-PI) destacou notícia publicada pelo jornal *O Globo* segundo a qual não há água em 345 escolas da rede pública localizadas em Minas Gerais, Espírito Santo e no semiárido do Nordeste. O parlamentar citou trecho que afirma terem sido identificadas 33 delas no Piauí, além de 932 escolas públicas sem eletricidade no estado.

Mão Santa comentou ainda outra informação revelada pela matéria, sobre a existência de uma escola na zona rural do município de Oeiras, em seu estado, na qual 150 alunos não têm água, nem banheiros. “Na zona rural, as crianças e os professores usam as moitas como banheiros”, conforme trecho da reportagem lido pelo senador.

A matéria está baseada em dados do Censo Escolar de 2008, do Ministério da Educação. De acordo com a reportagem, a situação da educação no Brasil pode ser ainda pior que a relatada. Segundo o jornal, o censo registra apenas quatro escolas sem abastecimento de água no Piauí, enquanto um levantamento do governo estadual localizou as 33 antes citadas.

– Isso é inadmissível, um deboche – afirmou Mão Santa.

O parlamentar ressaltou que o problema maior se concentra nos estados do Nordeste e na região do semiárido. A seu ver, essa situação perdura porque são áreas que estão distantes dos centros de decisão do país. Mão Santa citou também declaração de uma professora entrevistada, que disse ser inadmissível que o país tenha, ainda que seja, uma única escola sem água ou eletricidade.

Senador aponta atual marco regulatório do setor de petróleo, que levou o país a aumentar a produção de 900 mil para 1,9 milhão de barris por dia, como o mais eficaz para exploração das novas reservas

Dornelles quer manutenção de regras para exploração de pré-sal

AO CRITICAR AS propostas que, após as descobertas do pré-sal, visam alterar as regras para exploração de petróleo no país, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) disse ontem que o atual modelo de concessão provou-se “vitorioso” e deve ser mantido. Segundo o parlamentar, esse sistema fez com que a produção nacional aumentasse de 900 mil barris por dia, em 1997, para mais de 1,9 milhão em 2008.

Dornelles assinalou que o sistema de exploração vigente atraiu investimentos de empresas privadas, nacionais e estrangeiras “que levaram ao aumento da produção, da produtividade e da lucratividade de nossas reservas de petróleo”. E que, por isso, o modelo é indispensável para a exploração das novas reservas do pré-sal. Ressaltou ainda que o regime de concessão garante à União a retomada do controle das reservas em caso de emergência.



Dornelles: no atual modelo, empresas assumem o risco

– Alterar a regulamentação do setor neste momento só vai gerar insegurança e reduzir a credibilidade do país – alertou.

Sobre o novo sistema proposto pelo governo – o modelo de partilha –, Dornelles observou que os

custos das empresas com a exploração de petróleo seriam ressarcidos pelo governo, enquanto, no modelo atual, são assumidos pelo investidor. Para ele, a mudança é arriscada porque ainda não se sabe qual será o custo de exploração do pré-sal e, “sabidamente, o setor privado é mais eficaz para reduzir custos”.

O senador fez também outras críticas à proposta de alteração no marco regulatório, como a de que “a partilha não dá vantagem ao Brasil sequer na questão do controle das exportações”. Nesse caso, afirmou, o atual sistema permite ao Estado ter controle absoluto sobre a exportação do que for extraído do pré-sal, por meio do estabelecimento de regras exclusivas no contrato de concessão.



Paim comenta relatório do Unicef sobre educação no país

Paim: metade dos alunos não conclui 8ª série

Paulo Paim (PT-RS) destacou ontem em Plenário o relatório “Situação da infância e da adolescência brasileira 2009”, divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). A pesquisa, com base em 2006, revelou que somente 53,7% das crianças e dos adolescentes brasileiros matriculados no ensino fundamental conseguem concluir a 8ª série, sendo que, na região Norte, esse número foi de apenas 28,7%. Em São Paulo, houve o maior percentual de concluintes da 8ª série – 68,6%.

Como exemplos de resultados positivos em defesa da educação, desde 2006, Paim destacou a instituição de um piso nacional de salários de professores e o crescimento do número de estudantes indígenas, que aumentou 50,8% entre 2002 e 2007.

– Nenhum governo jamais lançou um olhar atento à educação, e o nosso governo tem se empenhado em fazer isso. Mas é claro que muitas mudanças ainda precisam acontecer. As disparidades que o relatório apontou infelizmente são uma realidade e precisamos alterar isso – disse.

Paim também comemorou a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de duas propostas apresentadas por ele. O PLS 487/03 veda a concessão de incentivos fiscais, financiamentos e contratos com a administração pública para empresas que utilizem trabalho escravo. Já o PLS 63/03 determina que o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro.

Maciel diz que reforma política precisa garantir governabilidade

O senador Marco Maciel (DEM-PE) defendeu a necessidade de o país promover a realização de uma reforma política que melhore o nível de governabilidade do Brasil. A seu ver, somente uma reforma política profunda teria a capacidade de reabilitar as instituições para que elas possam responder às demandas da sociedade.

Segundo o senador, quando a sociedade não se sente representada, é que surgem as crises, que sucedem sem que, muitas vezes, se compreendam suas causas. Ele afirmou acreditar na necessidade de que sejam estabelecidos mecanismos que ampliem a participação política da sociedade.

– A democracia pressupõe representação e, por que não dizer, também participação. O fato é

que, cada vez mais, fica evidente que, se a democracia representativa é importante, e de fato o é, não podemos deixar de pensar em formas participativas de governar nem de discuti-las – argumentou Marco Maciel.

O senador ressaltou que os principais autores que se dedicaram ao estudo dos problemas da representação democrática destacaram que as democracias serão tão mais “democráticas” quanto mais intensa for a participação política.

Na avaliação de Maciel, a maior participação nas decisões governamentais daria mais legitimidade ao ato de governar. De outra parte, contribuiria para que a sociedade se sentisse segura de que o governo estaria viabilizando suas grandes demandas.



Senador defende maior participação popular nas decisões dos governos

– O que precisamos é avançar na utilização de novos instrumentos que conciliem representação com participação. Espero que, com as reformas políticas, possamos avançar e dar um novo travejamento à estrutura institucional do país. Damos novos rumos, portanto, à prática do governo e, sobretudo, à realização dos objetivos que são desejados pela sociedade brasileira – disse Marco Maciel.

Papaléo propõe criação do Dia Nacional da Cidadania



Nova data comemorativa, pelo projeto de Papaléo Paes, será 5 de outubro

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) destacou ontem, em discurso, a aprovação pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) de projeto de sua autoria que cria o Dia Nacional da Cidadania. Ao defender a proposta, ele destacou que a data da comemoração, 5 de outubro, é uma homenagem ao dia em que foi promulgada a atual Constituição, em 1988.

– Esse dia representou um marco indelével para a consolidação da cidadania brasileira – afirmou o parlamentar.

Comparando a atual Constituição com as anteriores, Papaléo disse que jamais se observou um respeito tão grande aos direitos e às garantias políticas como na de 1988.

– São visíveis as conquistas, em especial no que diz respeito aos direitos ali inscritos, como o do acesso à educação e à saúde – afirmou.

Apresentado em fevereiro deste ano, o projeto de lei (PLS 20/09) foi aprovado pela CE em decisão terminativa. O relator da matéria foi o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB).

Arthur Virgílio denuncia ameaça à indústria de motos nacional

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou ontem em Plenário que um grupo com capital chinês e brasileiro instalou em Manaus unidade de montagem de peças de motos importadas da China que ameaça a produção das fábricas instaladas na Zona Franca. Para

ele, trata-se de uma “empresa de espertalhões”, que “resume negociata, desonestidade, atraso tecnológico e conspiração contra os empregos” do polo industrial do Amazonas.

Virgílio informou que a empresa Dafra Motos oferece apenas 800 empregos na mon-

tagem das motocicletas de 150 cilindradas importadas da China, enquanto as empresas que estão há anos em Manaus empregam cerca de 18 mil pessoas. O parlamentar disse que a Honda Amazonas usa em suas motos peças com 95% de nacionalização, empregando

brasileiros, e não chineses.

Arthur Virgílio sugeriu ao governo rever as normas que orientam a fabricação de motos em Manaus, fazendo exigências na parte de nacionalização das peças.

– Essa empresa é uma fraude – afirmou.

Primeira-Secretaria deverá processar administrativamente ex-responsáveis pela Diretoria-Geral e pela Secretaria de Recursos Humanos, além de outros cinco funcionários; comissão de sindicância inocenta três servidores

Senado abre processo contra dois ex-diretores

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, determinou à Primeira-Secretaria a abertura de processo administrativo disciplinar contra os ex-diretores Agaciél Maia e João Carlos Zoghbi e outros cinco funcionários cujo envolvimento com a publicação dos chamados atos secretos (decisões administrativas que não foram tornadas públicas) foi alvo

de sindicância.

As punições possíveis em processos administrativos disciplinares vão desde a advertência até a demissão ou cassação de aposentadoria. Sarney enviou ainda à procuradora-geral da República, Deborah Duprat, as conclusões da comissão de sindicância sobre o caso, para que a Procuradoria-Geral

da República tome “as providências que julgar cabíveis”.

A comissão de sindicância encontrou indícios de prevaricação e improbidade administrativa contra Agaciél Maia e João Carlos Zoghbi. Contra os outros cinco servidores, a comissão recomenda instauração de processo administrativo disciplinar por terem

descumprido dever previsto na lei que rege a atuação dos servidores públicos (8.112/90) de não obedecer a ordens superiores quando forem ilegais.

Os servidores que serão processados por terem cumprido ordens ilegais são Franklin Paes Landim, chefe do Serviço de Publicações do Senado; Celso Menezes, ex-chefe de gabinete

da Diretoria-Geral; Ana Lúcia Gomes, ex-chefe de gabinete da Secretaria de Recursos Humanos; Jarbas Mamede e Washington Reis, funcionários do Serviço de Publicações.

A comissão inocentou os servidores Clara Martins Pereira Delgado, José Alexandre Lima Gazineo e José Paulo Botelho Cobucci.



Sarney enviou conclusões à procuradora-geral da República

Virgílio cobra da Mesa ata do depoimento de Agaciél Maia

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), solicitou ontem que a Mesa do Senado confirme, por escrito, a informação de que não foi feita uma ata da oitiva do ex-diretor-geral Agaciél Maia, realizada em 29 de junho, na Comissão Especial de Sindicância que investigou os chamados atos secretos.

Virgílio disse ter conversado com a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, e descobriu que a oitiva foi feita sem a participação da Taquígrafia do Senado e, portanto, não tem ata.

– A Taquígrafia da Casa não participou dessa oitiva, o que eiva de ilegitimidade todo esse processo que ai está – afirmou.

Servidores

O senador cobrou da Mesa resposta a requerimentos encaminhados por ele no início de julho. Virgílio havia



Virgílio pede resposta a diversos requerimentos

solicitado a relação dos funcionários efetivos e comissionados que fizeram curso no exterior desde 1995.

O senador ainda disse que, no dia 2 de julho, solicitou à Mesa a lista de

todos os servidores contratados no âmbito do Projeto BRA/98/010, do Pnud com o Interlegis. No mesmo dia, ele também requereu, em meio magnético e no prazo máximo de uma semana, listagens de todos os servidores cedidos pela Casa a outros órgãos da administração ou por ela requisitados.

Ainda em 29 de junho, requisitou informações sobre a legalidade dos gastos com tratamento médico de sua mãe, Isabel Victória, viúva e dependente do ex-senador Arthur Virgílio Filho, seu pai.

Virgílio também apresentou requerimento solicitando que a Mesa requisite da Gráfica do Senado o livro de registro de nomeações referente aos anos de 1992 e 1993.

Heráclito diz que Senado poderá reduzir em 30% o número de funcionários



Heráclito quer gestão de contas do Sistema de Saúde por colegiado

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), defendeu ontem, em entrevista à imprensa, a gestão das contas do Sistema Integrado de Saúde (SIS) da Casa por meio de uma comissão e não por apenas uma pessoa. O senador ressaltou que essas contas pertencem aos servidores, uma vez que os recursos são provenientes de contribuições feitas por eles ao SIS

Senado deverá tratar das questões relativas ao SIS como um dos principais temas em sua reunião de hoje. O conselho, criado há 15 anos e sem se reunir havia 14 anos, foi convocado na semana passada para discutir assuntos administrativos da Casa. O colegiado é formado por diretores de diversas áreas.

Heráclito Fortes afirmou também concordar com a decisão do presidente do Senado, José Sarney, de abrir processo administrativo contra o ex-diretor-geral Agaciél da Silva Maia e o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi, devido à edição de atos secretos.

Na opinião do 1º secretário, esse assunto “tem que ser passado a limpo”. Ele frisou esperar que a comissão que fará a investigação “seja ágil e justa, trazendo clareza sobre o que foi praticado sem divulgação”.

Heráclito também anunciou que a Casa poderá reduzir em 30% o seu quadro de funcionários, o que representará uma economia de 20% no orçamento.

“Toda a gestão, a partir de agora, é compartilhada, com divisão de tarefas e transparência”

Senador questiona PMDB sobre intenção de processá-lo

“Tenho a impressão de que é hora de o PMDB dizer uma das duas coisas: ou se acha com toda essa autoridade, com todo esse direito para fazer isso, ou que desminta de uma vez por todas esse absurdo, porque é uma atitude grotesca eu me imaginar processado pelo PMDB.” A afirmação foi feita pelo senador Arthur Virgílio ao comentar nota publicada nesse domingo, na coluna “Painel” da *Folha de S. Paulo*.

A nota, assinada pela jornalista Renata Lo Prete, informa que senadores ligados a Renan Calheiros (PMDB-AL) e ao presidente José Sarney estariam analisando a possibilidade de repre-

sentar no Conselho de Ética contra Virgílio. O senador disse que telefonou para Renan e que este teria negado “peremptoriamente” qualquer iniciativa nesse sentido.

Arthur Virgílio, que aguardou a chegada de senadores do PMDB para iniciar seu pronunciamento, explicou mais uma vez que para resolver uma situação imprevista, fruto do bloqueio de seus cartões de crédito, precisou recorrer a um amigo. Este amigo é quem teria solicitado o dinheiro ao ex-diretor-geral do Senado Agaciél da Silva Maia.

Em aparte, Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que nunca ouviu nada a

respeito de o PMDB representar contra Virgílio no Conselho de Ética. Wellington Salgado (PMDB-MG) declarou que o seu partido está procurando solucionar os próprios problemas e não tem interesse em processar Virgílio.

Já a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) testemunhou que nunca ouviu falar que Virgílio pudesse ser taxado de um homem corrupto. Papaléo Paes (PSDB-AP) declarou acreditar na qualidade de cidadão e de ser humano de Virgílio. Jefferson Praia (PDT-AM) afirmou que Virgílio está no caminho certo quando aborda a questão da corrupção.

A comissão responsável pela gestão das contas do SIS, na avaliação de Heráclito, deve ser composta por servidores ativos e aposentados, bem como por membros da Mesa diretora. O senador disse que poderá haver auditoria, caso sejam verificadas irregularidades na gestão de tais contas.

– Toda a gestão, a partir de agora, é compartilhada, com divisão de tarefas e transparência, com a participação da Mesa diretora, para evitar absolutismo na gestão da Casa – frisou ele. Heráclito Fortes disse ainda que o Conselho de Administração do

Jarbas Vasconcelos quer afastamento do presidente do Senado

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) pediu o “afastamento imediato” de José Sarney da Presidência do Senado e criticou o que ele chama de “interferência despu- dorada” do presidente Lula em assuntos do Senado e do Congresso Nacional. Para Jarbas Vasconcelos, o presidente da República não tem “pudor algum” e só age em benefício próprio, inclusive distorcendo a verdade.

– A atual crise impõe uma tomada de posição, e a minha é estar ao lado daqueles que defendem o afastamento imediato do presidente desta Casa, para que possamos voltar a desempenhar o papel institucional para o qual fomos eleitos. Qualquer reforma administrativa no Senado só poderá ser realizada se tiver o mínimo de apoio da opinião pública e essa condição só será atingida a partir do afastamento do presidente Sarney – afirmou.

Na opinião do senador, o apoio de Lula a Sarney tem por objetivo único a viabilização da candidatura da ministra Dilma Rousseff à Presidência da República. Ele acredita que Lula esteja interessado especialmente “no tempo de televisão, na grande estrutura partidária e no apoio congressional” que o PMDB



Jarbas: “Não importa ao presidente Lula respeito às leis ou à Constituição”

pode proporcionar durante e após as próximas eleições presidenciais.

– Não importa ao presidente Lula respeito às leis ou à Constituição, muito menos consideração a quaisquer princípios éticos ou morais. Nosso presidente não tem pudor algum. Tudo fará para permanecer no poder, inclusive comprometer seus correligionários e destruir o que ainda resta de dignidade ao Congresso Nacional.

Para Marisa, há intenção de impedir mudanças na Casa

Os senadores não precisam de “tutores” para resolver os problemas internos da Casa, afirmou Marisa Serrano (PSDB-MS) ao apontar a “interferência do Executivo no Legislativo”.

Na avaliação da senadora, o fato de alguns parlamentares do PT defenderem o afastamento de José Sarney, e o presidente Lula, segundo a imprensa, pressionar a bancada pela mudança de postura “está constrengendo a sociedade, pois demonstra que o presidente da República e a chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, querem impor suas vontades para desqualificar irregularidades que vêm ocorrendo no Senado”.

– A crise é do Senado, mas também é de Sarney – frisou Marisa, afirmando ainda que Lula “quer esfacelar o Senado para viabilizar o seu projeto eleitoral de 2010”. Na avaliação da senadora, a crise da Casa é ética e administrativa, “mas, à medida que é transformada, para efeitos midiáticos, em disputa política, fica claro que a intenção é fazer com que tudo fique como está e se abandone a perspectiva de promover uma profunda reforma na Casa”.

Mozarildo comenta entrevista de Tião Viana à revista *Veja*

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) manifestou seu apoio às críticas feitas por Tião Viana (PT-AC) ao presidente Lula, em entrevista concedida à revista *Veja*. Viana atribuiu a Lula uma parcela da responsabilidade pela crise enfrentada pelo Congresso. Mozarildo não concordou, porém, com o fato de Viana ter considerado “própria da cultura política brasileira” a existência de fisiologismo na Câmara dos Deputados.

– O PT não dizia nos comícios que vinha era para mudar essas práticas? Que Lula veio mudar o que estava errado no país? – questionou Mozarildo. O senador observou ainda que o Parlamento não conseguirá se livrar do fisiologismo se não adotar um mecanismo impessoal de liberação de emendas parlamentares.

Em aparte, Wellington Salgado (PMDB-MG) disse ser “natural” uma ocupação maior de cargos no Executivo por seu partido, em razão do tamanho da agremiação. Já Papaléo Paes (PSDB-AP) salientou que o Executivo, ao enviar grande número de medidas provisórias, é também responsável pela “desmoralização do Congresso”.



Para Marisa Serrano, bancada do PT constrengue a sociedade ao permitir interferência do Executivo



Mozarildo: sem um mecanismo impessoal de liberação de emendas, fisiologismo não acabará

Mesquita Júnior: parte da imprensa adota a condenação perpétua

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou ontem em Plenário que afirmações em matéria da revista *Veja* podem manchar a reputação de parlamentares. A reportagem aponta problemas que impediram os senadores do PMDB de assumir a Presidência do Senado.

Segundo a revista, Mesquita Júnior foi acusado de confiscar parte dos salários de funcionários do seu gabinete e, por isso, teria perdido o prestígio político, mesmo com o arquivamento do processo no Conselho de Ética e Decoros Parlamentar. O senador disse já ter demonstrado na tribuna do Plenário e no Conselho de Ética que foi alvo de “uma grande armação”.

Mesquita Júnior explicou que, no momento em que rompeu com o governo Lula, passou a ser alvo de uma “tentativa sórdida de desmoralização”. Ele foi acusado, disse, de ter se apropriado de parte do salário de uma funcionária do seu escritório parlamentar em Sena Madureira (AC). A partir daí, relatou, passou-se a dizer que ele também se apropriava de um percentual do salário de todos os funcionários do gabinete.



Mesquita Júnior também contesta matéria sobre diárias pagas a senadores do Pautasul

– No Brasil, não temos prisão perpétua, mas parte da imprensa adota a condenação perpétua. Não há nada que você possa fazer no sentido de demonstrar que aquilo do qual foi acusado não tinha fundamento.

Mesquita Júnior também contestou matéria do jornal *Correio Braziliense* sobre diárias pagas a senadores que viajam ao Uruguai, Argentina e Paraguai para missões do Parlamento do Mercosul.

“Encontro de Sarney e Lula caracteriza quebra de decoro”

Na opinião de Cristovam Buarque (PDT-DF), o presidente do Senado, José Sarney – caso tenha se encontrado com o presidente Lula na semana passada – pode ser enquadrado por quebra de decoro parlamentar. No encontro, teria sido firmado um acordo para garantir a permanência de Sarney à frente da Casa.

Cristovam disse que o encontro entre Sarney e Lula representa a submissão do Senado ao Palácio do Planalto, “situação mais grave que todas as denúncias que se avolumam contra a Casa desde o início do ano”.

– O que ele [Sarney] fez nessa reunião, da qual não ficou foto, foi achincalhar o Senado. Faz parte do decoro zelar pela autonomia e independência da Casa – afirmou.

A reunião, disse Cristovam, serviu ainda para corroborar a ideia de que o Legislativo é um Poder hoje dependente, e que o Senado encontra-se refém do presidente da República e de “seus 82% de popularidade”, em um cenário político que envolve a sucessão presidencial de 2010. “Isso é um suicídio da instituição”, enfatizou.

Suplicy garante que Lula não impôs “enquadramento”

Em jantar no Palácio da Alvorada, na semana passada, o presidente Lula teve “um diálogo” com 11 senadores da bancada do PT e não impôs “um enquadramento” ao partido, garantiu Eduardo Suplicy (PT-SP).

– Nesse diálogo, todos nós pudemos expressar nossas opiniões – relatou.

O senador voltou a sugerir que Sarney se licencie do cargo por 30 dias para que possa se defender de forma isenta.

Em aparte, Valter Pereira (PMDB-MS) afirmou que a Casa tem uma administração compartilhada entre “feudos” e não pode ser creditada apenas ao presidente, pois todos os partidos estão representados na Mesa.

Wellington Salgado (PMDB-MG) disse que Suplicy teve o direito de, ainda como senador, se defender no caso das passagens aéreas cedidas a terceiros e comparou o episódio à situação de Sarney, contra quem, segundo ele, não há provas. Já Marco Maciel (DEM-PE) ressaltou que o trabalho inicial de reforma do Regimento Interno foi concluído e se encontra agora nas mãos do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Diretoria-Geral do Senado divulga nota sobre gestão de contas do SIS

A Diretoria-Geral do Senado divulgou nota em que presta esclarecimentos sobre a criação e a movimentação de contas do Sistema Integrado de Saúde (SIS) da Casa. De acordo com a nota, os recursos dessas contas provêm de descontos da contribuição mensal paga pelos usuários do SIS – funcionários do Senado e seus dependentes –, razão pela qual não são movimentados via Sifai.

Conforme notícias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo*, tais contas bancárias (duas na Caixa Econômica Federal e uma no Banco do Brasil) estariam sendo movimentadas sem fiscalização, tendo hoje saldo de R\$ 160 milhões.

A seguir, a íntegra da nota.

“Com relação às matérias veiculadas nesse domingo, dia 5 de julho, no jornal *Folha de S. Paulo*, a Diretoria-Geral do Senado Federal presta os seguintes esclarecimentos:

1) As contas do Sistema Integrado de Saúde – SIS não são contas secretas. Tais contas estão previstas no inciso VII, do art. 29, do Regulamento do SIS aprovado pela Resolução do Senado Federal 86, de 1991, e publicado no *Diário do Congresso Nacional*, de 19/12/1991, Seção 2, página 9805.

2) As movimentações dessas contas não se dão de forma livre, mas conforme determina o mesmo dispositivo legal. Elas somente são movimentadas mediante ofício dirigido aos bancos com as assinaturas do diretor da Secretaria Executiva do SIS e do dirigente do órgão operacionalizador, que no caso é o Senado Federal, conforme definido pela

Resolução do Senado Federal 5, de 1992.

3) Tais contas não são movimentadas via Sifai porque não se tratam de recursos públicos, mas recursos provenientes do desconto da contribuição mensal paga pelos usuários do SIS, que são os funcionários do Senado Federal e seus dependentes. A eventual inclusão do saldo dessas contas no Sifai somente poderá ser realizada mediante operação que diferencie tais recursos dos recursos orçamentários que representam a contribuição patronal, sendo que essa contribuição sempre foi movimentada via Sifai.

4) Não vem esclarecer que os recursos do Fundo do SIS representam aproximadamente 40% do total do custeio do sistema.

5) Mensalmente são elaborados relatórios da movimentação das contas do Sistema Integrado

de Saúde que estão à disposição do seu Conselho de Supervisão.

6) Os membros do Conselho de Supervisão do SIS são definidos pela Comissão Diretora, sendo necessariamente presidido por um membro da comissão e formado por servidores participantes do sistema.

7) Desde quarta-feira passada, dia 1º de julho, a definição do novo presidente do Conselho de Supervisão do SIS foi incluída na pauta da próxima reunião da Comissão Diretora, bem como a indicação dos demais membros, a ser definida em reunião do Conselho de Administração.

8) Por determinação do presidente do Senado, senador José Sarney, esta diretoria contratará auditoria externa para verificar a regularidade da movimentação dessas contas.”

Comissão de Justiça pode examinar amanhã extensa pauta, incluindo projeto que visa frear onda de processos que pedem compensações milionárias

Novos padrões para indenização por dano moral

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se amanhã, a partir das 10h, para apreciar uma pauta de 50 itens. Entre eles, a proposta do senador Lobão Filho (PMDB-MA) que estabelece parâmetros para indenizações por danos morais, visando frear a onda de processos que buscam compensações milionárias.

De acordo com o projeto (PLS 114/08), que acrescenta disposi-

tivo ao Código Civil, o juiz, ao fixar a indenização, atenderá aos seguintes critérios: extensão e gravidade do dano; gravidade e repercussão da ofensa; sofrimento experimentado pelo ofendido; condição econômica do ofensor; e adequação entre o valor pleiteado e o dano.

Com parecer favorável do senador Marco Maciel (DEM-PE), o projeto também permite ao juiz reduzir a indenização de forma

equitativa, caso haja excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano ocorrido. O texto será votado em decisão terminativa na CCJ.

Segurança Nacional

Na mesma reunião, a Comissão de Justiça deve examinar parecer de Romeu Tuma (PTB-SP) favorável ao projeto (PLS 11/03) que incrimina com pena de reclusão de dois a quatro

anos quem introduzir ou divulgar, no país, mapa ou qualquer documento que retrate ou descreva o Brasil excluindo parte de seu território.

O projeto, que acrescenta dispositivo à Lei de Segurança Nacional (7.170/83), é de autoria da CPI das ONGs, que investigou, em 2001, as organizações não governamentais. Se aprovada, a proposta segue para votação da Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Visita de avós

A CCJ deve apreciar ainda, em decisão terminativa, projeto (PLS 692/07) de Kátia Abreu (DEM-TO) que garante aos avós, a critério do juiz, o direito de visitar seus netos mesmo após o fim do relacionamento conjugal dos pais da criança ou do adolescente.

Procurador-geral indicado será ouvido amanhã

A CCJ sabatina amanhã, às 10h, o indicado pelo presidente da República para assumir o cargo de procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel, em substituição a Antonio Fernando de Souza. A indicação foi relatada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) e será submetida a votação secreta.

Natural de Fortaleza, Roberto Gurgel tem 54 anos e atua como vice-procurador-geral da República desde 2005. Seu ingresso no Ministério Público Federal ocorreu em 1982. A partir de 1984, passou a integrar a diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República, presidindo a entidade entre 1987 e 1989, durante o funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte e a elaboração do projeto da Lei Orgânica do Ministério Público da União (Lei Complementar 75/93).

Após a sabatina de Roberto Gurgel, a Comissão de Justiça dará início à votação de matérias. Uma delas é o projeto de lei da Câmara (PLC 89/09) que cria 141 cargos de juiz do Trabalho substituto no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 2ª Região, em São Paulo. A proposta recebeu parecer pela aprovação do relator, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Segundo Mercadante, o TRT da 2ª Região conta com 163 varas do Trabalho, das quais 21 ainda não foram instaladas. Esse tribunal registra a maior demanda de toda a Justiça do Trabalho em relação a processos recebidos em segunda instância. Por conta desse movimento, maior que o de 12 estados da Federação somados, cada juiz recebe uma média de 2.250 processos por ano.



CCJ também vai tratar, na reunião de amanhã, da criação de 141 cargos de juiz do Trabalho para o TRT de São Paulo

Tratamento especial para município em calamidade

A CCJ discute amanhã projeto que estabelece prerrogativas para municípios em situação de calamidade pública decretada. Embora a matéria tenha recebido parecer do relator, Expedito Júnior (PR-RO), pela rejeição, o autor, Raimundo Colombo (DEM-SC), apresentou voto em separado em que contesta os argumentos da relatoria e defende a aprovação da matéria.

Após assinalar a "indiscutível relevância" do PLS 85/09, Expedito Júnior rechaça todas as vantagens asseguradas aos municípios pela proposição. Em primeiro lugar, rejeita o adiamento, por 90 dias, do pagamento de dívidas que órgãos da administração direta e indireta municipal tenham com a União. Seu entendimento é que qualquer alteração nessa relação contratual depende de acordo prévio entre as partes.

Em seguida, contesta a sugestão de antecipação do valor de uma cota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sem desconto posterior. Segundo argumentou, leis ordinárias, como a proposta por meio do PLS 85/09, não podem definir regras de alocação do



Expedito Júnior, relator, pede a rejeição da proposta

FPM. A sugestão de liberação obrigatória de todos os recursos orçamentários previstos no Orçamento Geral da União foi descartada pelo relator, sob o argumento de esbarrar na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por último, negou a liberação automática para os moradores desses municípios dos valores de suas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Raimundo Colombo rebate, uma a uma, as ponderações apresentadas pelo relator para rejeitar o PLS 85/09. Em relação às dívidas dos municípios com a União, argumenta que se estabelece o adiamento, e não a extinção dessas dívidas. Já sobre



Raimundo Colombo, autor do projeto, rebate conclusões do relator

a antecipação do FPM, observa que o projeto não fixa normas sobre o fundo, mas cria uma condição temporária de transferência de receita não vinculada para municípios em situação de emergência.

O autor também ressalta que a proposta, quando recomenda a liberação de recursos orçamentários para municípios nessa condição, o faz mirando em verbas do Orçamento Geral da União que estão livres de contingenciamento para atender justamente a demandas do gênero. Para concluir, avaliou que a negativa dirigida à liberação do FGTS teve caráter opinativo, e não legal.

Garantia de convivência familiar

A proposta de lei que aperfeiçoa o sistema de garantia à convivência familiar às crianças e aos adolescentes também está na pauta de votações da CCJ. A questão será analisada na comissão por meio de substitutivo da Câmara dos Deputados a projeto de lei da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE).

O relator da matéria (PLS 314/04), senador Aloizio Mercadante (PT-SP), deu parecer favorável ao substitutivo, e a proposição passou a ser examinada, em seguida, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O substitutivo determina que a intervenção do Estado, nesse aspecto, irá priorizar a orientação, o apoio e a promoção social da família natural. Na impossibilidade de permanecerem na família natural – o que terá de ser demonstrado por decisão judicial fundamentada –, a criança e o adolescente serão, então, colocados sob adoção, tutela ou guarda.

Ao regular a atuação do poder público nessa seara, o substitutivo estabelece ainda o dever de proporcionar assistência psicológica, no período pré e pós-natal, a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar os filhos para adoção. E pune com multa de R\$ 1 mil a R\$ 3 mil o médico, enfermeiro ou diretor de unidade de saúde que deixar de encaminhar à Justiça da Infância e da Juventude a gestante ou mãe que revelar essa intenção. A mesma pena é fixada para funcionário de programa oficial ou comunitário dedicado à garantia do direito à convivência familiar que também souber dessa intenção e deixar de informá-la à Justiça.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Cristovam Buarque • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Especialistas debaterão nesta sexta-feira, no Recife, projeto de reforma do CPP

Proposta elaborada por uma comissão de juristas promove inúmeras inovações, como criação do juiz das garantias e substituição de prisão preventiva por medidas cautelares

A COMISSÃO TEMPORÁRIA de 11 senadores que discute o projeto de reforma do Código de Processo Penal (CPP) realizará no Recife, nesta sexta-feira, às 10h, audiência pública para debater a matéria com especialistas. Presidido pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), o colegiado tem como relator-geral Renato Casagrande (PSB-ES).

Elaborado por uma comissão de juristas criada a partir de requerimento de Renato Casagrande, o projeto (PLS 156/09), que começou a ser analisado em maio pela comissão temporária, promove uma série de inovações, como a instituição do juiz das garantias. Isso deve conferir maior isenção ao juiz que dará a sentença, ao estabelecer uma série de direitos ao acusado e à vítima e ao rever o sistema de recursos, tornando mais rápida a solução do processo.

O projeto permite maior aproximação da polícia com o Ministério Público, propõe uma série de medidas cautelares para substituir a prisão preventiva e abre espaço para a conciliação entre as partes.

Juiz das garantias visa dar maior isenção a julgamento

Conforme o projeto de reforma do CPP, o juiz das garantias atuará apenas na fase de investigação. Caberá a ele controlar a legalidade da investigação criminal e tutelar as garantias fundamentais do cidadão submetido a inquérito. Já o juiz do processo será responsável por julgar e fixar a sentença.

Entre outras atribuições, o juiz das garantias deverá receber a comunicação imediata da prisão, cuidar para que os direitos do preso sejam respeitados, decidir sobre prisão provisória ou outra medida cautelar e também sobre interceptação telefônica, quebra dos sigilos fiscal, bancário e telefônico e busca e apreensão domiciliar.

A designação do juiz das garantias será feita de acordo com as normas de organização judiciária da União, dos estados e do Distrito Federal. Depois de oferecida a denúncia contra o acusado na Justiça, o juiz das garantias cede seu lugar ao juiz do processo propriamente dito. A figura do juiz das garantias contribui, assim, para dar maior imparcialidade às decisões do juiz da causa, que está livre e desobrigado em relação à validade das provas obtidas na fase do inquérito, não tendo compromisso direto com o modo de proceder da investigação.

MODELO ACUSATÓRIO – Cada agente do sistema processual desempenha um papel específico: a investigação cabe precipuamente à polícia, o Ministério Público tem a atribuição de acusar, e o magistrado, a de julgar. As provas são propostas pelas partes, mas o juiz, antes de proferir a sentença, pode esclarecer dúvida sobre a prova produzida. Ainda segundo o projeto de reforma do CPP, na fase da prova testemunhal, as perguntas são formuladas pelas partes diretamente à testemunha, mas o juiz pode complementar a inquirição sobre os pontos não esclarecidos. O magistrado tem, assim, um papel complementar, residual nessa fase. O protagonismo é do Ministério Público, sobretudo, e da defesa.

DESBUROCRATIZAÇÃO – O diálogo entre a polícia e procuradores e promotores passará a ser direto, e não por intermédio do juiz.

Hoje, o delegado abre um inquérito, que vai para o juiz criminal, que abre vista ao Ministério Público. Do MP, o inquérito volta para o magistrado, que depois o encaminha ao delegado. O projeto de reforma do Código de Processo Penal garante rapidez ao processo, já que acaba com essa triangulação. O juiz não é o gerente da investigação e, dessa forma, não deve ter responsabilidade sobre o rumo da investigação.

ARQUIVAMENTO PELO MP – Caberá ao Ministério Público, ao receber da autoridade policial os autos do inquérito, determinar o arquivamento da investigação, se for o caso. Hoje, essa atribuição é do magistrado.

Depois de oferecida a denúncia, o juiz das garantias cede lugar ao juiz do processo propriamente dito

Preso deverá ter defensor já no interrogatório policial

O projeto de reforma do código determina que o preso deve ser assistido por um advogado ou defensor público desde o interrogatório policial, e não apenas na fase de interrogatório judicial, como é hoje. No caso de flagrante delito, se, por qualquer motivo, não for possível contar com a assistência de advogado ou defensor público no local, o auto de prisão em flagrante será lavrado e encaminhado ao juiz das garantias sem o interrogatório do conduzido.

Segundo o consultor do Senado Fabiano Augusto Martins Silveira, que integrou a comissão de juristas responsável pela elaboração do projeto, há uma mudança de concepção importante: hoje, o interrogatório é um meio de prova e, na proposta de reforma, é considerado meio de defesa.

IMAGEM E MÍDIA – Na investigação criminal, a autoridade tomará as providências necessárias para que a vítima, as testemunhas e o investigado não sejam submetidos a exposição nos meios de comunicação.

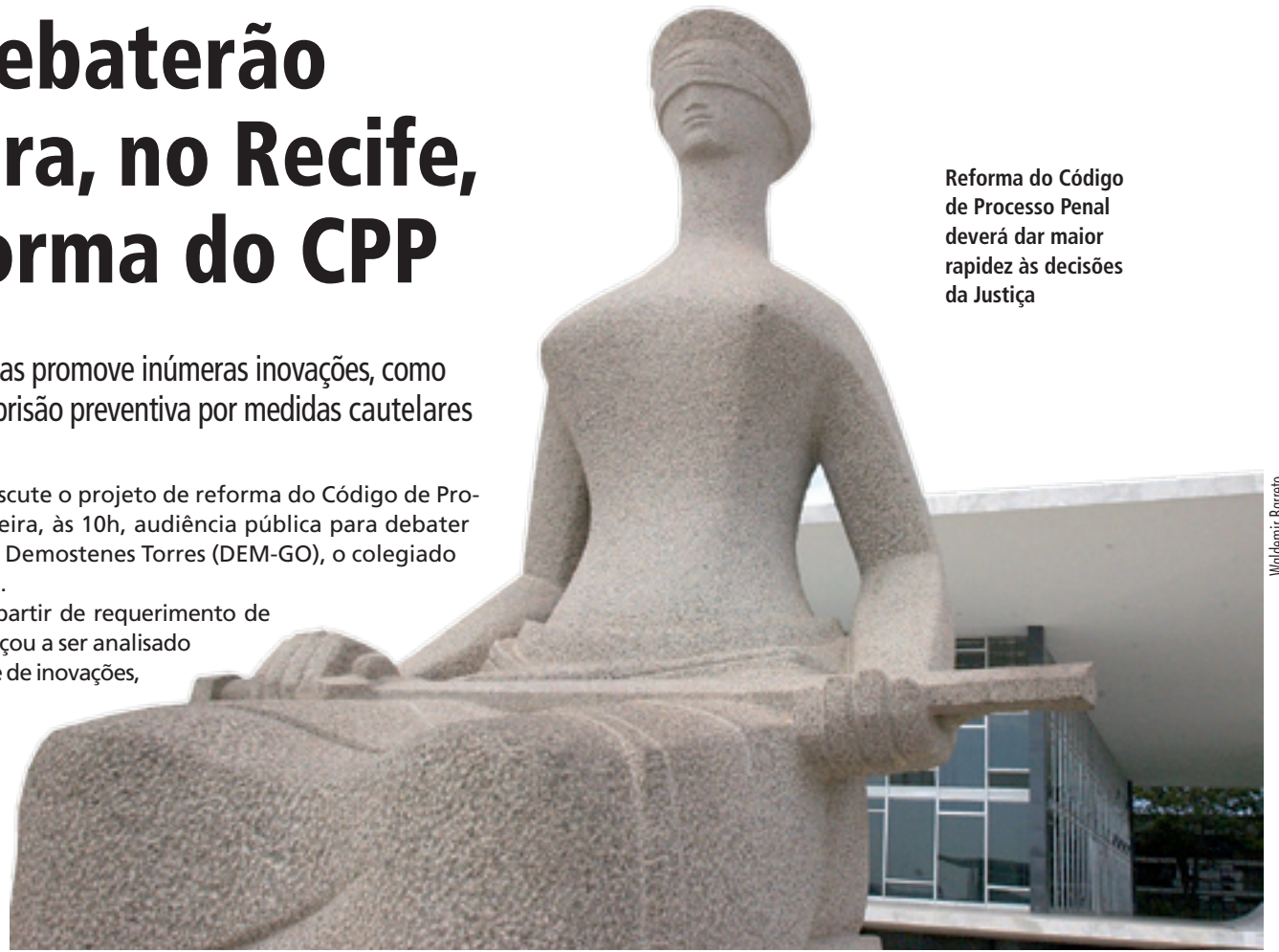
MEDIDAS CAUTELARES – Hoje, basicamente, o juiz tem duas opções: prender ou soltar. Pelo projeto, há diversas outras medidas, como monitoramento eletrônico, suspensão do exercício de função pública ou atividade econômica, suspensão das atividades de pessoa jurídica, proibição de frequentar determinados lugares.

PRISÃO ESPECIAL – O preso será recolhido em quartéis ou em outro local distinto do estabelecimento prisional quando, pelas circunstâncias de fato ou pelas condições pessoais do agente, ficar constatado que há risco à sua integridade física. Assim, o autor de um crime que tenha provocado comoção nacional, no primeiro caso, e um juiz, promotor ou policial, no segundo, terão direito a ficar em local distinto daquele reservado aos demais presos. A regra atual prevê que serão recolhidos a quartéis ou a prisão especial, quando sujeitos a prisão antes de condenação definitiva, diversas autoridades civis, militares e religiosas e detentores de diploma de nível superior.

PRISÃO PREVENTIVA/PRAZOS – Serão os seguintes: a partir da prisão em flagrante, 180 dias entre as fases de investigação e até a conclusão do processo em primeira instância. Na fase de apelação em segunda instância, poderá durar outros 180 dias, e, em última instância, outros 180 dias, num total de 540 dias. Esses prazos valem para a hipótese de a pena para o crime ser inferior a 12 anos de detenção. Se superior, são acrescidos 60 dias a cada fase, totalizando 720 dias. Se, após o início da execução, o preso fugir, os prazos interrompem-se e, após a recaptura, serão contados em dobro.

PRISÃO TEMPORÁRIA – O juiz poderá decretá-la se não houver outro meio para garantir a realização de ato essencial à apuração do crime diante de indícios precisos e objetivos de que o investigado obstruirá o andamento da investigação.

Reforma do Código de Processo Penal deverá dar maior rapidez às decisões da Justiça



Waldemir Barreto

No tribunal do júri, réu será absolvido em caso de empate

O número de componentes do tribunal do júri, de acordo com a proposta, passará de sete para oito. Assim, evita-se que um réu seja condenado ou absolvido pela diferença de apenas um voto. Em caso de empate por quatro a quatro, o réu será absolvido.

Ao contrário do que é estabelecido hoje, não havendo dúvida a ser esclarecida, os jurados deverão reunir-se em sala especial, por até uma hora, a fim de deliberarem sobre a votação. O voto sobre a culpa ou a inocência do acusado continuará secreto, mas os jurados poderão conversar antes da decisão. Outra novidade é que o projeto simplifica as perguntas dirigidas pelo juiz aos integrantes do júri.

FORO PRIVILEGIADO – Se um processo já estiver com instrução iniciada em determinado tribunal, a renúncia ao cargo ou à função ou ainda a aposentadoria voluntária do acusado não fará com que o processo seja julgado por outro tribunal. Isso significa, por exemplo, que um deputado federal ou um senador que estiverem sendo julgados no Supremo Tribunal Federal (STF) continuarão a ser julgados nessa Corte mesmo se renunciarem ao mandato com o objetivo de transferirem para um tribunal estadual a apreciação do processo.

CONCILIAÇÃO – Nos crimes de falência e naqueles contra o patrimônio, quando dirigidos exclusivamente contra bens jurídicos do particular e praticados sem violência ou grave ameaça contra pessoa, se a lesão for de menor expressão econômica, ainda que a ação penal já tenha sido proposta, a conciliação entre o autor do fato e a vítima porá fim à ação penal.

RECURSOS/DECISÕES INTERMEDIÁRIAS – O projeto facilita o modo de interposição de recurso contra decisões intermediárias – aquelas que não tratam do mérito da causa.

RECURSOS/RAZÕES – O recurso, ao ser apresentado, estará acompanhado das razões que o fundamentam. Hoje, a parte encaminha a apelação na primeira instância e aguarda a intimação para depois, no tribunal, apresentar as razões do apelo.

HABEAS CORPUS – O projeto prevê restrições ao uso desse instrumento. O *habeas corpus* somente será impetrado se existir uma situação concreta de lesão ou ameaça ao direito de locomoção.

FIM DA AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PRIVADA – A proposta acaba com a ação penal de iniciativa privada. Atualmente, qualquer cidadão, ao sentir-se injuriado ou caluniado, pode entrar com uma ação penal. Pelo projeto, a ação penal será pública, de iniciativa do Ministério Público.

INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA (GRAMPO) – O prazo de duração da interceptação de comunicações telefônicas não poderá ser superior a 60 dias, prorrogáveis por mais 60.

Proposta simplifica perguntas dirigidas pelo magistrado aos jurados

Votação foi interrompida na semana passada após rejeição de dois indicados para o Conselho do Ministério Público que haviam sido aprovados pela CCJ sem ressalvas

Plenário analisa nomes para conselhos de Justiça e do MP

O PLENÁRIO DO Senado pode concluir esta semana a votação dos nomes dos novos integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O mandato dos atuais membros terminou em 12 de junho. Os conselhos são encarregados de examinar denúncias contra juízes, procuradores e outros integrantes do Judiciário.

Os senadores já aprovaram cinco nomes para o CNMP e rejeitaram dois, faltando o exame de outros cinco. A lista com os indicados para o CNJ será votada em seguida.

Antes de recomeçar a votação, o Plenário irá decidir se concorda com requerimento apresentado por líderes partidários para que seja anulada a votação, feita na terça-feira,

do nome do procurador Nicolao Dino de Castro, que foi rejeitado. O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), invocando precedente, propôs a anulação argumentando que, durante a sabatina e a votação dos conselheiros pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ninguém questionou o mérito da indicação. O requerimento não chegou a ser votado ao longo da sessão, quando foram aprovados cinco nomes e rejeitado outro, o do promotor Dialuas Costa Ribeiro, de Brasília.

Os cinco indicados para o CNMP que deverão ser votados pelo Plenário são os procuradores Cláudio Barros Silva e

Achiles de Jesus Siquara Filho, o promotor Sandro José Neis, a juíza Taís Schilling Ferraz e o advogado e consultor legislativo Bruno Dantas Nascimento.

Os indicados para o Conselho Nacional de Justiça são: o jurista Ives Gandra Martins Filho; os desembargadores Leomar Barros Amorim e Milton Augusto de Brito Nobre; os juizes Paulo de Tarso Tamburini Souza, Morgana de Almeida Richa, Nelson Tomaz Braga e Walter Nunes da Silva Júnior; o procurador José Adonis Callou de Araújo Sá; o promotor Felipe Locke Cavalcanti; e os advogados Jorge Hélio Chaves de Oliveira e Jefferson Luis Kravchychyn.

Conselhos têm função de examinar denúncias contra o Ministério Público e o Judiciário



Senadores devem decidir, antes, sobre requerimento para que seja anulada a votação, feita na terça-feira, de um indicado

Projeto sobre mototáxis aguarda votação de MPs

O projeto que regulamenta a profissão de mototaxistas e motoboys aguarda votação no Plenário. Um acordo dos líderes partidários dá prioridade à matéria, mas a proposta (PLS 203/01) só poderá ser examinada depois das três medidas provisórias que trancam a pauta.

A primeira é a MP 460/09 – que, após ser modificada, passou a tramitar sob a forma do Projeto de Lei de Conversão 12/09, que concede benefícios fiscais para construtoras de imóveis no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida; reduz

tributos para a fabricação e a importação de motocicletas; aumenta o tributo sobre cigarros e concede isenção de impostos na compra de cadeira de rodas e próteses por pessoas com deficiência.

Também tranca a pauta a MP 461/09, que abre crédito extraordinário de R\$ 300 milhões para o Ministério da Integração Nacional. Esses recursos se destinam ao socorro e à assistência aos atingidos pelas chuvas ocorridas em vários estados entre outubro de 2008 e março de 2009. A verba ainda será usada

na operação carro-pipa, em municípios do semiárido.

A MP 463/09 é a terceira a trancar a pauta. Essa medida abre crédito extraordinário de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão para o Executivo. A maior parte desses recursos, R\$ 1,087 bilhão, visa à recuperação da infraestrutura de estados atingidos pelas chuvas. O Ministério da Integração Nacional será responsável pela distribuição dessa verba para os estados. Outros R\$ 129,8 milhões estão reservados para o combate e a prevenção da gripe suína.

Novas audiências sobre Venezuela no Mercosul

Duas audiências da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vão discutir, nesta quinta-feira, o pedido de adesão da Venezuela ao Mercosul (PDS 430/08). O colegiado já realizou outros três debates sobre o texto do protocolo.

No entendimento de alguns parlamentares, o presidente venezuelano Hugo Chávez assumiu posições contrárias ao compromisso democrático do Mercosul e que podem dificultar

a aprovação daquele país como membro do bloco. Argentina e Paraguai já sinalizaram positivamente para a adesão da Venezuela, restando a definição do Brasil e do Paraguai.

A primeira audiência terá início às 10h e contará com a participação do governador do Amazonas, Eduardo Braga; do deputado federal e ex-governador de Roraima Neudo Campos; do ex-prefeito de Chacao, na região metropolitana de Caracas,

Leopoldo López; e do escritor Gustavo Tovar-Arroyo.

Para a segunda audiência, às 14h30, foi convidado o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães Neto; o ex-ministro Luiz Felipe Lampreia; o embaixador da Venezuela no Brasil, Julio Garcia Montoya; e o coordenador do curso de especialização em Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB), Carlos Pio.

Verbas do FGTS e Fundeb para creches e pré-escolas

Em sua reunião de amanhã, a partir das 11h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examinará proposta de criação do Programa Nacional de Educação Infantil para Expansão da Rede Física (Pronei), que inclui financiamento para construir e equipar unidades de ensino infantil destinadas a crianças com idade entre seis meses e seis anos incompletos.

Pelo PLS 698/07, de autoria da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), as fontes de custeio do programa virão de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento e de Valorização dos Profissionais de Educação Básica (Fundeb).

Em seu parecer favorável, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) argumenta que o acesso aos recursos do FGTS e do Fundeb dará ao programa de construção de creches e pré-escolas um alento novo. Ela lembrou ainda que estudos mostram que o acesso à educação infantil garante um melhor desempenho acadêmico nas etapas escolares subsequentes e até no exercício profissional.

Depois de votada na Comissão de Assuntos Sociais, a proposição seguirá para exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).



Márcio Kolumbe

Projeto de Patrícia Saboya está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais

Prevenção

A CAS também examinará substitutivo de Rosalba Ciarlini à proposta da Câmara dos Deputados (PLC 104/07) que altera a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90) para incluir entre as atribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios a de elaborar protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas. A medida objetiva ampliar as normas para conduta médica visando à prevenção de doenças.

O texto original determina a adoção, por hospitais e maternidades, públicos ou privados, apenas de protocolo terapêutico antirretroviral para a prevenção da transmissão do vírus HIV da mãe para o feto. Rosalba quer ampliar a medida com protocolos para prevenção de uma gama maior de doenças.

Comissão debate fornecimento de prótese por hospital público

Estará em debate hoje, a partir das 9h, na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de equipamentos ortopédicos (órteses) e próteses a pacientes de hospitais públicos e rede conveniada. A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A discussão faz parte de um ciclo de conferências sobre o SUS, que já debateu, entre outros temas, a política nacional de saúde mental, a prevenção de queimaduras e reabilitação de vítimas de acidentes dessa natureza e a situação da Previdência Social no país. Ao final das audiências, será apresentado relatório sobre a área da saúde pública, a ser aprovado na subcomissão e entregue ao presidente do Senado, José Sarney.

A presidente da CAS, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), ressaltou a importância do encontro de hoje.

– A população pobre do país é que precisa das órteses e próteses do SUS e encontra uma série de dificuldades para obtê-las.

Rosalba é autora do requerimento de audiência, juntamente com Flávio Arns (PT-PR).

Convidados

Para debater o assunto, foram convidados o diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Fausto Pereira dos Santos; o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello; o diretor de Integração Cooperativista da Unimed do Brasil, Valdmário Rodrigues Júnior; e a representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), Solange Beatriz Mendes.



Márcio Kolumbe

A CRE já realizou três debates sobre a adesão da Venezuela ao Mercosul